



METAS/DESCRÍÇÃO	INDICADORES	ESTRATÉGIAS	AÇÕES REALIZADAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA
		<p>12.1. Realizar a chamada pública da população indígena da Educação Infantil até 2016 e universalizar a oferta, nas próprias aldeias, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantindo a participação das comunidades nas discussões e decisões, por meio da consulta livre, prévia e informada.</p>	<p>Articulação com a comunidade indígena, através de chamada pública, para a realização de momentos de discussões e decisões sobre ofertas de modalidades para o ensino indígena, de acordo com as especificidades e necessidades. É obrigação do Estado oferecer a educação infantil para todas as famílias que buscarem vagas para suas crianças. Todavia, o oferecimento da Educação Infantil aos povos indígenas é opcional, cabendo a cada comunidade indígena decidir sobre seu oferecimento (BRASIL, 2009; 2012). Assim, a SEE garante a educação infantil a aquelas comunidades educativas indígenas que solicitam. Desse modo, das 149 escolas indígenas, 33 escolas ofertam o "Pré-Escolar", representando 22% das escolas indígenas.</p>
		<p>12.2. Universalizar a oferta do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e ampliar, gradativamente, a oferta do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano à população indígena, nas próprias aldeias, de acordo com as especificidades socioculturais, a territorialidade e em consulta livre, prévia e decidida pela comunidade;</p>	<p>Oferta de matrículas do 1º ao 5º ano nas Escolas Indígenas; No Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano há 3117 alunos matriculados em 141 escolas indígenas, representando 96% da escolas indígenas.</p> <p>Implementação das novas turmas de EF dos Anos Finais, 6º ao 9º ano utilizando estratégias de ensino modular nas escolas onde há necessidades de professores com formação. No Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, houve uma grande evolução no número de matrículas, pois em 2015, havia 132 escolas indígenas com 1116 alunos matrículados, com um aumento de 102%, em 2022 o número de alunos nesse segmento de ensino foi de 2343 alunos matrículados.</p>
		<p>12.3. Realizar visitas periódicas nas comunidades indígenas para identificar a real demanda do ensino fundamental e médio;</p>	<p>Realização de visita técnica e de planejamento das ações pedagógicas; Realizadas anualmente 01 (uma) visita técnica e jornada pedagógica, com assessores pedagógicos e de ensino, dos 12 municípios em que há escolas indígenas (Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Feijó, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo).</p> <p>Realização de encontros formativos e acompanhamento pedagógico ; Realizada 10 jornadas pedagógicas, em 09 municípios do Acre, com planejamento e orientações pedagógicas para professores indígenas. Em 2024, realizada 15 (quinze) eventos pedagógicos.</p>

<p>12.4. Realizar consulta livre, prévia e informada nas comunidades com o objetivo de ampliar, gradativamente, a oferta de ensino médio à população indígena, respeitando a territorialidade e as condições socioculturais de suas comunidades, de acordo com o levantamento do número de alunos realizado pela SEE;</p>	<p>Articulação, junto aos Núcleos de Educação da SEE, nos 12 municípios que possuem escolas estaduais indígenas, do plano de trabalho para realização da consulta livre, prévia e informada sobre a possível ampliação da oferta do Ensino Médio.</p>
	<p>Articulação com órgãos governamentais responsáveis pelo controle de acesso e monitoramento das ações em Terras Indígenas, órgãos de controle sanitário e atendimento à saúde indígena, Organizações Indígenas e com lideranças comunitárias o período e a proposta para realização das consultas. Consulta realizada em algumas escolas, através de articulação governamental, tendo em vista, o período da Pandemia da COVID 19; Atualmente, os acompanhamentos e atendimentos das equipes de saúde e outros setores são realizados.</p>
<p>12.5. Implementar as tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, os modos próprios de ensino/aprendizagem, a organização social e o ambiente comunitário das comunidades indígenas;</p>	<p>Construção coletiva dos Projetos Políticos Pedagógicos por grupos de escolas devidamente identificadas por pertencimento étnico e territorialidade. Foram realizadas 14 oficinas visando a elaboração dos PPP's envolvendo as comunidades educativas indígenas, sendo 14 projetos políticos pedagógicos em 08 municípios, com abrangência de 100 escolas indígenas.</p> <p>Definição de estratégias factíveis para implementação de novas tecnologias pedagógicas, quantificando os recursos humanos e materiais para ações futuras.</p>
<p>12.6. Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores indígenas, de modo a habilitá-los para atuar, conforme os preceitos da educação especial inclusiva;</p>	<p>Efetuar levantamento aos dados do Censo Escolar para analisar as demandas referentes a Educação Especial para implementação de sala de recurso multifuncionais; Levantamento realizado, apresentando quantitativos de escolas e alunos, muito baixo, mesmo assim, nas localidades onde há necessidade, há atendimento para alunos e professores, através de ações articuladas com profissionais dos Núcleos de Educação nos Municípios e a Divisão de Educação Especial. Quanto a implantação de recursos multifuncionais será articulado de acordo com a demanda quando apresentar e buscar parceria para fomentar os materiais.</p>

<p>12.7. Elaborar materiais didáticos específicos para todas as etapas da educação básica, em Língua Materna e Portuguesa, para a alfabetização de crianças indígenas e desenvolver instrumentos de acompanhamento pedagógico que respeitem as condições sociolinguísticas de cada povo;</p>	<p>Criação de um Núcleo de Produção e Acervo Indígena, vinculado à Divisão de Ensino e pesquisa do DEEIND, visando intensificar os processos de elaboração de materiais didáticos específicos; Há produção de materiais para estudo dos professores e suas respectivas escolas. No entanto, a elaboração de materiais didáticos é uma ação estruturante do Departamento, sendo executado a partir da Divisão de Ensino e Pesquisa visando a garantia de recursos pedagógicos específicos para as escolas indígenas.</p> <p>Elaboração de Cadernos de Atividades para os alunos do EF anos iniciais (1º ao 5º) e finais (6º ao 9º) em modelo de apostilas com o conteúdo específico de cada componente, seriados e multisseriados; Anualmente são elaborados cadernos de atividades para ser trabalhado juntos aos assessores e professores indígenas.</p> <p>Elaboração de Cadernos de Orientação aos professores indígenas com o conteúdo e atividades por ciclos.</p> <p>Sistematização de estudos preliminares para elaboração de cartilha multiétnica para alfabetização de alunos indígenas. Sistematização de materiais produzidos nas oficinas pedagógicas para a elaboração de livros para alfabetização nas escolas indígenas.</p>
<p>12.8. Desenvolver estudos e políticas públicas para aperfeiçoar o sistema de avaliação da educação básica, buscando a contextualização dos indicadores e levando em consideração os múltiplos fatores que interferem na atuação da escola, em especial, as condições socioculturais e linguísticas dos alunos indígenas;</p>	<p>Coordenação de processos de avaliação baseados no contexto sociocultural e linguístico de cada etnia atendida pela rede estadual; Realizados processos de avaliação em 9 (nove) escolas do EM e EF foram aplicadas apenas em 2 (escolas).</p> <p>Definição de diretrizes específicas para a modalidade educacional indígena, levando em conta o que se produziu anteriormente e o que se pode aperfeiçoar; Organizada as diretrizes Curriculares para modalidade da educação escolar indígena e apresentada ao CEE para análise e aprovação.</p>
<p>12.9. Desenvolver programa específico para promover a regionalização da merenda escolar, considerando políticas e programas federais voltados para o tema, os hábitos alimentares e a disponibilidade de produção local, a partir da</p>	<p>Efetivação da proposta da Divisão de Ensino para avaliação interna da educação escolar indígena da rede estadual. Realizada processos de avaliação em 9 (nove) escolas do EM e EF aplicadas apenas em 2 (escolas).</p>
	<p>Articulação com associações de produtores indígenas e Organizações de Base, estabelecendo conexões com as instituições públicas capazes de oferecer apoio logístico e a assistência técnica necessária. Foi criada a Comissão de Alimentos Tradicionais do Acre - CATRAPOACRE, com o lançamento de 4 editais para Chamadas Públicas em Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Feijó e Assis Brasil; Em 2024, elaborado 5(cinco) Editais e apresentado para o Departamento de Alimentação Escolar e DELIC para as chamadas pública do PNAE.</p>

	<p>diminutivas e a disponibilidade de produção local, a partir da articulação com as comunidades indígenas e demais órgãos do governo;</p>	<p>Articulação com a Divisão de Alimentação e Nutrição Escolar, visando a elaboração de propostas que possam auxiliar na construção do programa de regionalização da merenda escolar; Realização das Reuniões ordinárias da CATRAPOACRE e reuniões de articulação com outras instituições, para a execução das Chamadas Públicas; Em 2024, foram elaborados 5(cinco) Editais e apresentado para o Departamento de Alimentação Escolar e DELIC para as chamadas pública do PNAE.</p>
	<p>12.10. Oferecer programas de educação de Jovens e Adultos nas terras indígenas para grupos que não foram contemplados com o Ensino Fundamental e Médio na idade certa, observando as</p>	<p>Inserção dentro da modalidade de Jovens e Adultos - EJA, exames especiais específicos para professores e alunos indígenas da rede estadual de acordo com as normas da modalidade; O atendimento ocorre mediante a solicitação da demanda para as comunidades.</p> <p>Realização de exames especiais da EJA para os professores que estão em sala de aula, e, dessa forma, corrigir gradualmente às distorções formativas; Em 2022 foi realizado levantamento das necessidades, quantidade e localização de professores, cujo planejamento de execução ficou para 2023; Em 2024, para a realização do em Magistério Indígena, foi aplicado os exames especiais para os professores não aptos com o EF incompleto.</p> <p>Articulação entre os Núcleos de Educação da SEE nos municípios e as escolas indígenas da rede estadual, para garantir a participação dos alunos indígenas nos exames especiais aplicados através da modalidade EJA. Em 2022 foi realizado levantamento das necessidades, quantidade e localização de professores, cujo planejamento de execução ficou para 2023; Em 2024, para a realização do EM magistério Indígena, foi aplicado os exames especiais para os professores não aptos com o EF incompleto.</p>
	<p>12.11. Implementar, por meio do regime de colaboração e aprovação da comissão estadual de educação indígena, o território étnico educacional, afim de atender especificidades socioculturais e linguísticas das comunidades envolvidas, assegurando consulta livre prévia e informada;</p>	<p>Retomada das discussões relacionadas à criação da Comissão Estadual de Educação Indígena em circunstância adequadas de articulação aos envolvidos no processo; Demandas discutidas e encaminhadas pela Comissão Estadual de Educação.</p>
	<p>12.12. Estabelecer padrões de infraestrutura para as escolas indígenas, com acompanhamento técnico e fiscalização das obras, que garantam a adaptação às condições climáticas da região e sempre que possível as técnicas de edificações</p>	<p>Elaboração de estudos preliminares para a produção de projetos arquitetônicos a partir das especificidades das diferentes etnias acreanas. Elaboração de relatório fotográfico das escolas indígenas, com o quadro de necessidades para reforma e construção.</p>

<p>Meta 12: Universalizar a Educação Básica para todos os habitantes das diferentes terras indígenas, até o final da vigência deste plano.</p>	<p>12A. Total de escolas nas diferentes terras indígenas no Estado do Acre. 12B. Valor absoluto de matrículas de Educação Indígena: 9.605 (INEP 2022)</p>	<p>região e, sempre que possível, as técnicas de comunicação próprias, de acordo com o uso social e concepções do espaço próprias de cada povo, além das condições sanitárias e de higiene, conforme consulta livre, prévia e informada;</p>	<p>Revitalização dos ambientes escolares com ampliações e reformas das unidades escolares. 34 escolas com infraestrutura adequada, 46 com necessidades de reforma, 14 escolas com necessidades de reforma e ampliação e 75 necessidades de construção. De 2020 a 2022 houve reforma de 9 escolas.</p>
		<p>12.13. Desenvolver estudos para adaptar ou instituir o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE estadual, para atender às especificidades da educação escolar indígena;</p>	<p>Regularização dos processos de gestão das escolas que já estão acessando o PDDE. Está em andamento com o setor da Descentralização e Departamento de Rede para regularização das escolas indígenas perante ao Programa PDDE.</p>
		<p>12.14. Realizar, até o quinto ano de vigência deste plano, a regularização das escolas localizadas em terras indígenas e em áreas habitadas tradicionalmente por povos indígenas;</p>	<p>Organização das demais escolas para a possível constituição dos consórcios. Tratativas em andamento para constituir possíveis consórcios.</p>
			<p>Conclusão e encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação - CEE, dos 5 (cinco) PPP's coletivos, construídos de acordo às concepções, diretrizes, marco legal da educação escolar indígena; Realizado 03 oficinas visando a elaboração dos PPP's envolvendo as comunidades educativas indígenas. Foram realizadas 14 oficinas visando a elaboração dos PPP's envolvendo as comunidades educativas indígenas, sendo 14 projetos políticos pedagógicos em curso, em 08 municípios, com abrangência de 100 escolas indígenas. Também, houve a aprovação do Projeto Político Pedagógico Puyanawa e aguardando aprovação da Nova Proposta do Ensino Médio.</p>
			<p>Diálogo com as comunidades educativas para a elaboração dos Regimentos das escolas que já finalizaram seus PPP's. Em elaboração 05 (cinco) regimentos internos das escolas indígenas, que estão sendo construídos juntamente com os referidos PPP's; Aguardando aprovação da Nova Proposta do EM para finalizar os regimentos. Foram realizadas 14 oficinas visando a elaboração dos PPP's envolvendo as comunidades educativas indígenas, sendo 14 projetos políticos pedagógicos em 08 municípios, com abrangência de 100 escolas indígenas.</p>
			<p>Coleta de informações e documentação das escolas indígenas necessárias para o processo de credenciamento; Tratativas em andamento com o Departamento de Gestão sobre o início do processo de Credenciamento da Escola Indígena Ixubay Rabui Puyanawa em Mâncio Lima.</p>

<p>12.15. Implementar programas específicos para formação inicial e continuada, acadêmica e em serviço, de professores, gestores e pessoal de apoio, para atender as escolas de comunidades indígenas, diretamente ou por meio de convênio com instituição de ensino superior, com a participação de entidades da sociedade civil, que possuam comprovada atuação em formação de profissionais da educação;</p>	<p>Articulação junto a UFAC e ao IFAC para a implantação de proposta de cursos voltados para a docência indígena; Em 2024, foi organizada a proposta pedagógica, as questões administrativas e de certificação, pelo Departamento para a realização em 2025. A certificação ocorrerá por meio da escola Indígena Ixubay Rabui Puyanawa.</p> <p>Assinatura do Termo de Cooperação Técnica da Secretaria de Educação com o IEPTEC para a certificação dos alunos indígenas inscritos nas formações iniciais e continuadas oferecidas pelo DEEIND. Termo de Cooperação Técnica foi assinado.</p> <p>Articulação com IEPTEC e comunidades escolares indígenas, a implantação de cursos técnicos profissionalizantes em escolas indígenas.</p>
<p>12.16. Implementar programa de educação escolar indígena para adultos, articulado com a educação profissional, de acordo com a demanda, desenvolvendo tecnologias e acompanhamento pedagógico necessários, que considerem todos os direitos garantidos pela legislação vigente, a territorialidade e as condições socioculturais das comunidades indígenas voltadas para a sustentabilidade local, garantindo consulta livre, prévia e informada;</p>	<p>Reelaboração das propostas específicas para atender às demandas de cada comunidade educativa, considerando as possibilidades do IEPTEC, seus cursos e recursos próprios para a execução.</p>
<p>12.17. Assegurar a oferta do Ensino Médio integrado à educação profissional, de acordo com a demanda, reconhecendo experiências existentes, respeitando a territorialidade e as condições socioculturais das comunidades indígenas, garantindo consulta livre, prévia e informada;</p>	<p>Retomada de diálogo com as equipes gestoras das escolas de Ensino Médio e comunidade escolar, verificando as principais demandas em consonância com as propostas em discussão sobre a implantação do novo Ensino Médio. Realização de 03 oficinas/consulta sobre o "Novo Ensino Médio nas escolas indígenas, nos municípios de Assis Brasil, Feijó e Mâncio Lima. Também houve uma grande evolução no número de matrículas, onde em 2015 havia 403 alunos matriculados, em 2022 há 989 matrículas, representando aumento de 145%. Em 2024, 8 (oito) escolas indígenas implantaram a nova proposta e 14 (quatorze) em tratativas para o ano de 2025, com a garantia do quadro de docentes.</p>
<p>12.18. Realizar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, em parceria com instituições públicas de ensino superior, estratégias que assegurem o acesso e a permanência ao ensino superior de alunos indígenas, egressos das escolas indígenas;</p>	<p>Dialogar permanentemente com representantes da UFAC e IFAC, assim como também, articular com outras instituições parceiras. Foram realizadas tratativas com Instituições buscando alternativas de formação para os professores indígenas através do PAFOR/Equidade. Atualmente, há uma turma do PAFOR/EQUIDADE para professores indígenas funcionando por meio da UFAC</p>

	<p>12.19. Possibilitar o acesso dos alunos indígenas em programas de ensino superior e de pós-graduação nas instituições de nível superior;</p>	<p>Realização de estudos estratégicos para possibilitar o acesso efetivo dos alunos indígenas, sempre em parceria com as instituições, institutos e universidades; Realizada reunião com a reitora do IFAC, buscando alternativas de formação para os professores indígenas. Foram realizadas, também, tratativas com a UFAC buscando alternativas de formação para os professores indígenas através do PAFOR/Equidade. Atualmente, há uma turma do PAFOR/EQUIDADE para professores indígenas funcionando por meio da UFAC.</p>
	<p>12.20. Qualificar vinte e cinco por cento dos docentes indígenas em nível superior, até o final do sexto ano de vigência deste plano, em programas específicos para formação de professores atuantes na educação básica das redes estadual e municipais, em parceria com instituição pública de ensino superior;</p>	<p>Intensificação do diálogo com a Pró-Reitoria da UFAC sobre ampliação de vagas e abertura de novas turmas do programa PARFOR (formação em serviço), priorizando a formação em Docência Indígena; Na rede estadual de ensino, dos 521 professores indígenas, 170 tem ensino superior, representando 32,63% dos professores que atuam nas escolas indígenas; Diálogos e propostas já realizados, aguardando a retomada das tratativas.</p>
	<p>12.21. Qualificar cinquenta por cento dos docentes indígenas, até o oitavo ano de vigência deste plano, em nível médio, em programas específicos para formação de professores atuantes na educação básica, das redes estadual e municipais;</p>	<p>Inserção de nova proposta para o Curso de Magistério Indígena no PAR através da plataforma do SIMEC; Aguardando abertura no Sistema PAR para inserção de ações formativas.</p> <p>Articulação com os demais setores da SEE capazes de captar recursos oriundos de investimentos ou emendas parlamentares para execução de 6 módulos do Magistério; Não houve iniciativas, como emendas de parlamentares, para execução do Curso de Fomação Magistério Indigena, porém, a formação foi realizada com recurso próprio da SEE e vários setores envolvidos.</p>
	<p>12.22. Considerar as especificidades socioculturais das comunidades indígenas no provimento de cargos efetivos para essas escolas;</p>	<p>Reaização de estudos de demanda de professores e impacto financeiro junto aos demais setores da SEE para apresentação de proposta de concurso específico para professores indígenas; Levantamento de quadro de professores atuando e das necessidades nas escolas indígenas concluído; Atualmente, conforme a demanda são realizados processos simplificados para contratação de professores para atendimento.</p>
	<p>12.23. Criar, até o final do primeiro ano de vigência deste plano, a categoria de escola indígena, no âmbito do sistema de educação do estado, para assegurar especificidade e o aprimoramento da oferta da educação escolar indígena;</p>	<p>Articulação com setores competentes a criação da categoria de escolas indigenas e possibilidades de oferta através de cursos e oficinas em áreas técnicas, para professores das escolas indígenas. A categoria de escola indígena foi criada com a aprovação da Lei Estadual 3466 e 3467, em 2018.</p>
	<p>12.24. Instituir e regulamentar, até o final do primeiro ano de vigência deste plano, a carreira específica do magistério indígena, assegurando concurso de provas e títulos adequados às particularidades linguísticas e culturais das sociedades indígenas;</p>	<p>Articulação com setores competentes as possibilidades para cursos preparatórios aos professores indígenas da rede; Os cursos preparatórios para o Magistério dos professores indígenas são definidos de acordo com as demandas e setores competentes da SEE.</p> <p>Articulação para implementar concursos de provas e títulos para professores indígenas da rede de acordo com suas especificidades; A implementação de cursos de provas e títulos para professores indígenas é definido de acordo com as demandas e dos setores competentes da SEE.</p>

12.25. Estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares em escolas indígenas, como instrumentos de participação e acompanhamento na gestão escolar, por meio da criação de programa específico para formação de conselheiros, de forma a assegurar suas condições de funcionamento;	Articulação com aos setores responsáveis da SEE para a implementação do que versa a lei de gestão. Tratativas realizadas com o Departamento de Formação e Assistência Educacional sobre construção de uma proposta pedagógica e execução do primeiro curso para gestores das escolas indígenas; Apenas 7(sete) escolas com equipes gestoras com implantação dos Conselhos Escolares. Implementação gradativa da Lei de Gestão e formação para conselheiros.
12.26. Assegurar, de acordo com a demanda, a constituição e o fortalecimento de Comitês Executivos nas escolas indígenas, como instrumentos de gestão escolar, por meio da criação de programas específicos para formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento, bem como a consulta livre, prévia e informada;	Criação da Divisão de Gestão das Escolas Indígenas dentro do DEEIND/SEE, para atuar diretamente nos processos de organização das escolas da rede; Em articulação com o Departamento de Gestão de Redes há designação de assessores para atender as escolas indígenas. Rearticulação com os demais setores da SEE (Dept. de Gestão, Censo, Programas e outros) para estudos de reestruturação dos Comitês Executivos nas escolas indígenas. Realizadas tratativas com o Departamento de Gestão de Redes e outros, visando estruturação de Comitês Executivos com as escolas indígenas. No município de Cruzeiro do Sul, foi criado comitê executivo com escolas de até 50 alunos matriculados para facilitar a execução dos programas financeiros.
12.27. Assegurar a participação e formação de representantes dos povos indígenas nos conselhos de acompanhamento e controle social de políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena;	Inclusão dos representantes de Organizações Indígenas no Conselho de Alimentação Escolar – CAE. Os Indígenas participam da Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos do Acre - CATRAPOACRE. Inserção do maior número de professores indígenas nos espaços de gestão das escolas e Núcleos de Educação da SEE nos municípios. Nos 12 municípios com escolas indígenas, há assessores indígenas nas equipes das representações da Educação da SEE, para acompanhar, formar e assessorar as escolas.
12.28. Estabelecer parceria técnico-financeira, com os municípios, com lideranças indígenas e com instituições não governamentais, onde houver educação escolar indígena para o desenvolvimento da Educação Básica;	Reorganização da agenda de reuniões com representantes das Secretarias Municipais de Educação das cidades relacionadas para apresentação de propostas de parcerias; Agendas realizadas quando solicitadas nos municípios para apresentação de propostas com envolvimento das questões educacionais indígenas. No âmbito do Programa REM/KFW, há envolvimento e realização de oficinas pedagógicas nas terras indígenas.
12.29. Assegurar as condições para a criação e manutenção da Comissão Estadual de Educação Escolar Indígena, formada pela Secretaria de Estado de Educação - SEE, Institutos Federais de Ensino Superior – IFES, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sindicatos, organizações indígenas e indigenistas e organizações não governamentais da área indígena, com o objetivo de assessorar tecnicamente a formulação e a execução de políticas para educação escolar indígena;	Iniciação dos estudos de viabilidade jurídica e financeira da SEE para manutenção da Comissão Estadual de Educação Escolar Indígena, parcial e/ou integral; Realizada tratativas com o Ministério Público Estadual, sobre a criação da Comissão; Criada e publicada a Comissão Estadual de Educação Escolar Indígena. Instituição do grupo de trabalho intersetorial na SEE para avaliar as condições de implantação do CEEEI no período de vigência deste PEE; Instituído grupo de trabalho, elaborado e publicado o Edital da Comissão Estadual de Educação Escolar Indígena. Iniciação de diálogo com instituições federais, associações, sindicatos e movimentos indígenas para verificar outras fontes complementares de custeio das ações; Ação discutida com setores do Governo e Instituições parceiras, como KFW, para as decisões das políticas de apoio técnico e financeiro.

		Criação de Núcleos de Acompanhamento das Escolas Indígenas, vinculados diretamente ao DEEIND/SEE, nos 12 municípios acreanos que possuem escolas indígenas; Nos 12(doze) municípios onde há escolas indígenas, estas são acompanhadas pelos assessores pedagógicos e, em Rio Branco, há uma equipe para acompanhar e formar os assessores.
	12.30. Instituir ações de monitoramento, acompanhamento e assessoramento constante do trabalho dos professores indígenas nas aldeias.	Implantação da Divisão de Ensino e Pesquisa Indígena responsável por realizar, através dos Núcleos, o acompanhamento pedagógico e monitoramento das ações nas escolas indígenas; Divisão de Ensino e Pesquisa implementada para acompanhar as ações pedagógica junto às escolas indígenas.
		Elaboração de instrumentos de acompanhamento das ações através dos registros diários e produção de relatórios de acompanhamento pedagógico; Criado instrumento de acompanhamento às ações pedagógicas junto às escolas indígenas, com a produção de relatório final de acompanhamento pedagógico.

ão do Acre 2015-2025

SETOR RESPONSÁVEL	STATUS (EFETIVADA, EM ANDAMENTO OU NÃO REALIZADA)	DATA FINAL DA IMPLEMENTAÇÃO OU AÇÃO CONTÍNUA	MOTIVOS DA AÇÃO (PARCIALMENTE EFETIVADA OU NÃO EFETIVADA)	AÇÕES REALIZADAS PARA ALCANCE DA ESTRATÉGIA ESTABELECIDA (NULA: 0%; BAIXA: 25%; MÉDIA: 50%; ALTA: 75% A 100%)
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta

Diretoria de Ensino	Em andamento	Contínua	<p>Parcialmente.</p> <p>Realizada 03 oficinas/consulta sobre o "Novo Ensino Médio nas escolas indígenas, nos municípios de Assis Brasil, Feijó e Mâncio Lima. Também houve uma grande evolução no número de matrículas, onde em 2015 havia 403 alunos matriculados, em 2022 há 989 matrículas, representando aumento de 145%. Em 2024, 8 (oito) escolas indígenas implantaram a nova proposta e 14 (quatorze) em tratativas para o ano de 2025, com a garantia do quadro de docentes.</p>	Média
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	<p>Parcialmente.</p> <p>Até o momento apenas aprovação do Projeto Político Pedagógico Puyanawa, pois as demais estão aguardando a aprovação da proposta do Ensino Médio com as respecivas alterações.</p>	Média
Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	<p>Parcialmente.</p> <p>Gradativamente as escolas indígenas estão recebendo equipamentos tecnológicos, por conta de acesso, estrutura, segurança e energia em algumas localidades</p>	Média
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta

Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	Parcialmente. Das 09 escolas, em 2024 as avaliações foram aplicadas em 07 escolas (Mâncio Lima, Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó), onde continua as dificuldades linguística e de profissionais, com a perspectiva de ampliar para um número maior de escolas da rede estadual de ensino.	Média
Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	Parcialmente. Aguardando a aprovação pelo CEE das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, e encaminhará as Diretrizes para o Ensino Fundamental	Média
Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	Parcialmente. A efetivação acontecerá após a aprovação das Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Indígena do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.	Média
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta

Diretoria de Ensino/SEE Diretoria de Infraestrutura e Logística/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Departamento de Planejamento, Convênios e Políticas Educacionais/SEE Diretoria de Infraestrutura e Logística/SEE Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	Parcialmente. Por ser uma demanda intersetorial, ocorrem entraves que dificultam a continuidade dos processos. Pela dificuldade de acesso e sazonalidade climática não foi possível realizar vistoria técnicas em todas as comunidades.	Média

Departamento de Planejamento, Convênios e Políticas Educacionais/SEE Diretoria de Infraestrutura e Logística/SEE Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	<p>Parcialmente.</p> <p>Projetos elaborados, porém por ser uma demanda intersetorial, há entraves que dificultam a continuidade dos processos. Para a ação ser realizada necessita também estar de acordo com disponibilidade orçamentária e financeira</p>	Média
Diretoria de Administração e Finanças/SEE Diretoria de Ensino	Em andamento	Contínua	<p>Parcialmente.</p> <p>Há escolas com gestão que ainda não estão totalmente regularizadas, impossibilitando acessar o PDDE</p>	Baixa
Diretoria de Administração e Finanças/SEE Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	<p>Parcialmente.</p> <p>Aguardando regularização das Escolas para formação de consórcios.</p>	Baixa
Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	<p>Parcialmente.</p> <p>Até o momento apenas aprovação do Projeto Político Pedagógico Puyanawa, pois as demais estão aguardando a aprovação da proposta do Ensino Médio com as respectivas alterações</p>	Média
Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	<p>Parcialmente.</p> <p>. Até o momento apenas aprovação do Projeto Político Pedagógico Puyanawa, pois as demais estão aguardando a aprovação da proposta do Ensino Médio com as respectivas alterações, Os regimentos são elaborados juntamente com o PPP</p>	Baixa
Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	<p>Parcialmente.</p> <p>Aguardando credenciamento de Escolas Tratativas em andamento com o Departamento de Gestão de Redes</p>	Baixa

Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	Parcialmente. A certificação da Formação Inicial, Ensino Médio Magistério Intercultural Indígena, ocorrerá por meio da Escola Indígena Ixubay Rabui Puyanawa, pois a SEE/DEEIND vai realizar. A UFAC realiza curso superior de Docencia Indígena voltada para professores	Baixa
Diretoria de Ensino/SEE IEPTEC	Em andamento	Contínua	Parcialmente. A certificação da Formação Inicial, Ensino Médio Magistério Intercultural Indígena, ocorrerá por meio da Escola Indígena Ixubay Rabui Puyanawa	Baixa
Diretoria de Ensino/SEE IEPTEC	Não realizada	Não realizada	Nas escolas Indígenas que ofertam o EM, não será ofertado o Curso Ensino Técnico Profissionalizante, devido a cerênciça de profissionais/especialistas.	Baixa
Diretoria de Ensino/SEE IEPTEC	Não realizada	Não realizada	Não há estudo e nem profissionais/especialista para atender a implantação de Cursos Técnicos Profissionalizantes em terras Indígenas.	Nula
Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	Parcialmente.	Baixa
Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	Parcialmente. .	Baixa

Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	Parcialmente. Foram realizadas tratativas com a UFAC buscando alternativas de formação para os professores indígenas através do PAFOR/Equidade. Atualmente, há uma turma do PAFOR/EQUIDADE para professores indígenas funcionando por meio da UFAC.	Baixa
Diretoria de Ensino/SEE	Em andamento	Contínua	Parcialmente. Atualmente forma preenchidas somente os Diagnósticos.	Baixa
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta

Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta
Diretoria de Ensino/SEE	Efetivada	Contínua	Realizada	Alta